

PRINCIPAL EVENTO DE ADVOCACIA EM PORTUGAL REGRESSOU A LISBOA

A Advocatus Summit esteve de regresso à capital portuguesa. Este ano o principal evento que liga a advocacia de negócios aos agentes empresariais e da economia decorreu no Centro Cultural de Belém nos dias 12 e 13 de abril.

Em discussão estiveram temas como “O futuro da DAC6: o dever de colaboração dos contribuintes, a reserva da vida privada e o sigilo profissional dos advogados”, “Por mares nunca dantes navegados: a produção de energia eólica offshore”, “Proprietários e Entidade Exploradora – um desafio sustentável?”, “O grande desafio climático da água: um problema de escassez ou de gestão?”, “O crédito não produtivo (NPL) e os desafios ao setor financeiro”, “Portugal: o novo destino para investimentos em I&D, realidade ou ficção?”, “Sociedades multidisciplinares: um caminho sem retorno?”, “Financiamento das empresas portuguesas: qual o Estado da Arte?”, “Licenciamento de renováveis: o que esperar da nova simplificação”, “Human Centric Legaltech: a tecnologia como acelerador da democratização da justiça e da capacitação dos profissionais do setor”, “Laboral: O trabalho digno, da teoria à prática”, “Fundos: o que esperar da abertura dos concursos do PRR?”, “ESG: green ou greenwashing?”, “Imobiliário: como vai reagir o mercado em 2023?”, e “Corporate Governance, mito europeu ou realidade nacional? De Bruxelas à nossa rua”.

Ao todo foram 15 painéis que contaram com participação e patrocínio das principais sociedades de advogados a operar em Portugal.

Os escritórios patrocinadores foram Abreu Advogados, AFMA, AVM Advogados, CMS Portugal, Cruz Vilaça Advogados, Cuatrecasas, Gama Glória, Miranda & Associados, Morais Leitão, PLMJ, PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados, PRAGMA, Sérvulo & Associados, SRS Legal, TELLES e Vieira de Almeida. E ainda a Moneris.

UMA ORGANIZAÇÃO
ECO | ADVOCATUS

ADVOCATUS SUMMIT 2023

Abreu:  AM  CRUZ VILACA  GAMA GOREA  moneris
ABRIL LEITAO   Tragma  TELLES 

MIRANDA TRAZ A PRODUÇÃO DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE PARA O DEBATE



“Este objetivo é de facto ambicioso e traz consigo desafios exigentes. Foi já criado o grupo de trabalho para apresentar propostas para o desenvolvimento deste objetivo para definir que tipo de procedimentos e para análise dos investimentos necessários”

Sara Castelo Branco
Of counsel da Miranda & Associados

Sobre o tema “Por mares nunca dantes navegados: a produção de energia eólica *offshore*”, Sara Castelo Branco, *of counsel* da Miranda & Associados, Filipe Matias Santos, diretor de serviços jurídicos na ERSE, e João Oliveira, *legal counsel* na BP Legal, apresentaram-se na 6.ª edição da Advocatus Summit Lisboa, protagonizando o segundo painel do evento.

Sara Castelo Branco começou por referir que foi anunciado o objetivo de, até 2030, se atingir a meta dos 10 GW de capacidade eólica *offshore* instalada. “Este objetivo é de facto ambicioso e traz consigo desafios exigentes”, explicou a advogada, dizendo que já foi criado o grupo de trabalho para apresentar propostas para o desenvolvimento deste objetivo, para definir que tipo de procedimentos são necessários e para uma análise dos investimentos necessários. “A própria tecnologia que será necessária e o seu estado atual de maturação de forma a perceber se são necessários melhorar, é um dos temas já identificados”, O objetivo é alcançável e realista? Filipe Matias Santos começou por dizer que é um objetivo muito ambicioso, “porque efetivamente há políticas europeias em que este *offshore wind* se venha a tornar uma realidade”. Portugal tem um potencial de 20 GW e estabeleceu-se como objetivo de 10GW. “É importante, ainda bem que foi estabelecido e vamos ver se é concretizável”, disse Filipe Matias Santos. João Oliveira sublinhou que releva mais o objetivo do que o calendário proposto. “É irrealista o prazo de 2030. Porque ainda nem foram lançados os concursos. Faz todo o sentido o desígnio e é importante para Portugal se colocar no mercado de forma séria”.



“É importante, ainda bem que foi estabelecido e vamos ver se é concretizável”

Filipe Matias Santos
Diretor de serviços jurídicos na ERSE



“É irrealista o prazo de 2030. Porque ainda nem foram lançados os concursos. Faz todo o sentido o desígnio e é importante para Portugal se colocar no mercado de forma séria”

João Oliveira
Legal counsel na BP Legal